

Carmen Tiburcio

**EXTENSÃO E LIMITES
DA JURISDIÇÃO
BRASILEIRA**

**Competência Internacional e
Imunidade de Jurisdição**



2016



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Diagramação: PVictor Editoração Eletrônica (*pvictoredit@gmail.com*)

T552e Tiburcio, Carmen.
Extensão e limites da jurisdição brasileira: competência internacional e imunidade de jurisdição / Carmen Tiburcio – Salvador: JusPODIVM, 2016.
496 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1110-6.

1. Direito internacional. 2. Jurisdição. 3. Competência internacional. 4. Imunidade de jurisdição. I. Tiburcio, Carmen. II. Título.

CDD 341.1

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

INTRODUÇÃO À OBRA.....	13
PARTE I	
EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO CIVIL COMO ATRIBUTO DA SOBERANIA: O ESTADO-JUIZ	19
I. Notas Preliminares	19
I.1. Conceito de Jurisdição. Distinção entre Jurisdição e Competência	21
I.2. Natureza das Normas sobre o Exercício da Jurisdição.....	24
II. Regras sobre Fixação da Jurisdição.....	27
II. 1. Direito estrangeiro e comunitário	27
II.1.1. Bélgica	27
II.1.2. França.....	27
II.1.3. Itália	29
II.1.4. Portugal.....	30
II.1.5. Suíça	30
II.1.6. EUA.....	30
II.1.7. Argentina.....	33
II.1.8. México	34
II.1.9. Regulamentos Europeus.....	34
II.1.10. Código Modelo para Cooperação Interjurisdicional para Ibero- América	36
II.2. Direito brasileiro	38
II.2.1. A Jurisdição Conforme o CPC.....	38
II.2.1.1. Evolução da Legislação Brasileira: da ICC ao CPC de 2015	38
II.2.1.2. Competência Concorrente e Competência Exclusiva.....	41
II.2.1.3. Competência Concorrente.....	42
II.2.1.3.1. Domicílio do Réu no Brasil	42
Existência de Vários Réus com Domicílios Distintos	45
Mudança de Domicílio	46
II.2.1.3.2. Cumprimento da Obrigação no Brasil	47

II.2.1.3.3. Ação que Decorra de Ato ou Fato Ocorrido no Brasil	56
Jurisdição para Litígios Relacionados à Internet.....	61
II.2.1.3.4. Filiais, Sucursais e Agências no Brasil.....	64
II.2.1.3.5. Novas Hipóteses de Competência Concorrente Previstas no CPC de 2015	72
Alimentos	72
Relações de Consumo	74
II.2.1.4. Competência Exclusiva.....	77
II.2.1.4.1. Ações Relativas a Imóveis no Brasil.....	77
Demandas Abrangidas.....	79
Bens Imóveis Situados Fora do Território Nacional.....	86
Arbitragem Relativa a Imóveis.....	89
II.2.1.4.2. Inventário e Partilha de Bens no Brasil	90
Inventário e Partilha <i>Inter Vivos</i>	91
i. CPC de 1973	91
ii. CPC de 2015	93
Inventário e Partilha <i>Causa Mortis</i>	94
i. CPC de 1973	94
ii. CPC de 2015	100
II.2.2. Outras Hipóteses de Exercício da Jurisdição não Previstas Expressamente no CPC	101
II.2.2.1. Enumeração Taxativa ou Não-Taxativa	101
II.2.2.2. Normas sobre Competência Interna e Jurisdição	106
II.2.2.3. Hipóteses de Exercício de Jurisdição Previstas em Tratados em Vigor no Brasil.....	111
II.2.2.3.1. Regras Relativas ao Direito de Família.....	111
II.2.2.3.2. Regras sobre Transportes e Indenização por Poluição	114
II.2.2.3.3. Regras do Protocolo de Buenos Aires.....	116
II.2.2.4. Hipóteses Específicas de Exercício de Jurisdição	117
II.2.2.4.1. Jurisdição em Contratos de Seguro.....	117
II.2.2.4.2. Jurisdição em Matéria Trabalhista.....	119
II.2.2.4.3. Jurisdição em Contratos Envolvendo o Estado.....	121
II.2.2.4.4. Jurisdição para Litígios Falimentares	126
Direito Internacional e Estrangeiro	126
Direito Brasileiro.....	129

II. 3. Algumas Conclusões sobre as Regras que Fixam a Jurisdição	133
III. As Concretizações de Princípios que Influenciam o Exercício da Atividade Jurisdicional: entre a Vontade das Partes, o Interesse da Boa Administração da Justiça e a Proteção do Indivíduo.....	135
III.1. Os Principais Fundamentos do Exercício da Jurisdição: Proximidade, Soberania, Acesso à Justiça e Boa Fé Processual	135
III. 2. A Vontade das Partes	143
III.2.1. <i>Forum Shopping</i>	143
III.2.2. Eleição de Foro.....	145
III.2.2.1. A Acidentada História da Eleição de Foro.....	146
III.2.2.1.1. Direito Convencional e Europeu.....	146
III.2.2.1.2. Direito Estrangeiro	148
III.2.2.1.3. Direito Brasileiro	153
III.2.2.2. Os Efeitos da Eleição de Foro e Outras Polêmicas	165
III.2.2.2.1. Eleição de Foro: Efeitos Positivos e Negativos	165
III.2.2.2.2. Tipos de Cláusulas.....	166
III.2.2.2.3. Autonomia da “Cláusula” de Eleição de Foro.....	170
III.2.2.2.4. Lei Aplicável ao Acordo de Eleição de Foro	172
III.2.2.2.5. Efeitos Processuais e Materiais	173
III.2.2.2.6. Alcance Objetivo e Subjetivo do Acordo.....	174
III.2.2.2.7. O Acordo de Eleição de Foro Induz à Lei Substantiva Aplicável?.....	176
III.2.3. Convenção de Arbitragem	177
III.2.3.1. Tratamento da Convenção de Arbitragem no Direito Brasileiro	179
III.2.3.2. Autonomia da Convenção de Arbitragem e a Competência dos Árbitros para Decidir sobre sua Própria Competência.....	182
III.2.3.3. Lei Aplicável à Convenção de Arbitragem: Validade Substantial.....	186
III.2.3.4. A Validade Formal da Convenção de Arbitragem.....	187
III.2.3.5. Alcance Objetivo e Subjetivo da Cláusula	190
III. 3. A Boa Administração da Justiça	193
III.3.1. <i>Forum Non Conveniens</i>	193
III.3.1.1. EUA	195
III.3.1.2. Inglaterra	200
III.3.1.3. Austrália	202
III.3.1.4. Outros Países.....	202

III.3.2. Efetividade	205
III.3.2.1. <i>Forum Non Conveniens</i> e Efetividade na Jurisprudência Brasileira.....	208
III.3.3 <i>Anti-Suit Injunction</i>	212
III.3.3.1. Reino Unido	213
III.3.3.2. Incompatibilidade com o Direito Comunitário	216
III.3.3.3. Direito Brasileiro.....	217
III.3.4. Jurisdição para Demandas Cautelares	219
III.3.4.1. <i>International Law Association</i>	220
III.3.4.2. União Europeia.....	220
III.3.4.3. Direito Estrangeiro	222
III.3.4.4. Direito Brasileiro.....	223
III.3.5. Reconvênção e Conexão.....	226
III.3.5.1. Reconvênção	227
III.3.5.2. Conexão.....	228
III.3.5.2.1. Efeito Positivo da Conexão	228
III.3.5.2.2. Efeito Negativo da Conexão.....	229
III.3.6. Litispendência e Coisa Julgada.....	230
III.3.6.1. Direito Internacional e Comunitário.....	230
III.3.6.2. Direito Estrangeiro	238
III.3.6.2.1. França	238
III.3.6.2.2. Itália.....	240
III.3.6.2.3. EUA	242
III.3.6.2.4. Argentina	242
III.3.6.2.5. Venezuela.....	242
III.3.6.3. Direito Brasileiro.....	243
III.3.6.3.1. Jurisprudência e Tratados em Vigor no País.....	248
III.4. Proteção do Indivíduo: Acesso à Justiça, Vedação à Denegação de Justiça e <i>forum necessitatis</i>	253

PARTE II

O ESTADO-PARTE E A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO: LIMITAÇÃO IMPOSTA AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL.....	257
I. Introdução.....	257
I.1. Noções Gerais.....	257
I.2. Tipos de Imunidade	260

I.3.	A Doutrina do <i>Act of State</i> e a Imunidade Jurisdicional	262
I.4.	Aplicação do Princípio da Imunidade de Jurisdição: Soberania do Estado Nacional e Soberania do Ente Estrangeiro	265
I.5.	Imunidade de Jurisdição e Acesso à Justiça.....	271
II.	Imunidade do Estado.....	277
II.1.	Conceito de Imunidade do Estado	277
II.2.	Extensão do Benefício	279
II.3.	Imunidade de Jurisdição	285
II.3.1.	Relativização do Princípio.....	285
III.3.1.1.	Imunidade Absoluta e Imunidade Relativa – <i>Acta lure Gestionis</i> e <i>Acta lure Imperii</i>	291
III.3.1.2.	Imunidade de Jurisdição nas Relações Trabalhistas	299
III.3.1.3.	Imunidade de Jurisdição em Litígios de Natureza Comercial.....	309
III.3.1.4.	Imunidade de Jurisdição em Atos Ilícitos.....	310
III.3.1.5.	A Imunidade de Jurisdição em Violações de Direitos Humanos	315
II.3.2.	Renúncia ao Benefício.....	319
II.3.2.1.	Quem Pode Renunciar ao Benefício	323
II.3.2.2.	A Doutrina Brasileira sobre a Imunidade do Estado Brasileiro no Exterior	324
II.3.2.3.	Conceito de Soberania no Direito Brasileiro.....	325
II.3.2.4.	Doutrina sobre Renúncia à Imunidade	327
II.3.3.	Arbitragem Internacional e Imunidade de Jurisdição.....	331
II.3.3.1.	Submissão da República Federativa do Brasil e da Administração Pública à Arbitragem no Exterior	340
II.4.	Imunidade de Execução	342
II.4.1.	Jurisprudência Estrangeira e Internacional.....	349
II.4.2.	Imunidade de Execução no Brasil.....	356
II.4.3.	Imunidade de Execução em Matéria Fiscal	359
II.4.4.	Renúncia à Imunidade de Execução.....	366
III.	Imunidades de Chefes de Estado, de Governo e de Ministros de Estado.....	367
III.1.	Noções Gerais.....	367
III.2.	O Caso Pinochet	375
III. 2.1.	O Processo na Espanha	375
III. 2.2.	O Processo de Extradicação de Pinochet	376
IV.	Imunidades dos Agentes Diplomáticos e Consulares.....	377
IV.1.	Dos Agentes Diplomáticos	378

IV.1.1. Privilégios e Imunidades dos Agentes Diplomáticos	379
IV.1.1.1. Inviolabilidade dos Agentes Diplomáticos	381
IV.1.1.2. Imunidade jurisdicional dos Agentes Diplomáticos.....	382
IV.1.1.3. Isenção Fiscal dos Agentes Diplomáticos.....	387
IV.1.2. Renúncia à Imunidade.....	388
IV.1.3 Imunidade de Execução.....	389
IV.2. Dos Funcionários Consulares.....	390
IV.2.1. Imunidades dos Funcionários Consulares.....	392
IV.2.1.1. Inviolabilidade dos Funcionários Consulares.....	393
IV.2.1.2. Imunidade Jurisdicional dos Funcionários Consulares.....	393
IV.2.1.3. Isenção Fiscal dos Funcionários Consulares	395
IV.2.2. Renúncia à Imunidade.....	396
IV.2.3. Imunidade de Execução.....	396
IV.3. Imunidade dos Membros das Missões Especiais.....	396
IV.4. Algumas Considerações sobre as Imunidades Diplomáticas e Consulares	397
V. Imunidades das Organizações Internacionais e dos Funcionários Internacionais ...	398
V.1. Conceito e Fundamentos.....	398
V.2. Imunidade de Jurisdição	399
V.2.1. Imunidade dos Organismos Internacionais.....	399
V.2.2. Imunidade do Pessoal a Serviço das Organizações Internacionais.....	408
V.2.3. Imunidade das Missões junto a Organismos Internacionais	411
V.3. Imunidade de Execução	414
VI. Imunidade de Navios e Aeronaves Estrangeiros.....	415
VI.1. Noções Gerais.....	415
VI.2. Os Navios em Alto-Mar	417
VI.3. Navios Públicos em Águas Estrangeiras	419
VI.4. Navios Privados em Águas Estrangeiras	423
VI.5. Imunidade de Aeronaves	424
VII. Imunidade das Tropas Estrangeiras em Território Local	426
CONSIDERAÇÕES FINAIS	433
Síntese das Ideias Apresentadas.....	433
Conclusões: Críticas e Perspectivas.....	458
REFERÊNCIAS.....	463